PAUTA
Reunião
de RELTs
23/6/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião de Representantes do SINESP nos Locais de Trabalho - 23/6/2026

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra - Carreira do Magistério e Valorização dos profissionais de educação

Marcos Mendonça: Doutor em educação USP, diretor de escola da PMSP aposentado, assessor parlamentar ALESP

B. Conjuntura - Em defesa da escola, do concurso e da carreira públicos

A defesa do concurso público e da carreira é o centro das lutas da categoria, com o SINESP à frente, em consonância com sua trajetória histórica de mobilização, resistência e defesa intransigente dos direitos dos profissionais da educação. Essa defesa é princípio e prioridade permanente e conta com o apoio e a mobilização da categoria para alcançar as tão necessárias vitórias.

Na Campanha Salarial deste ano, a defesa do serviço público e da valorização dos servidores de carreira assumiu papel central diante dos riscos que a política de privatização adotada pela administração municipal representa para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

O fim dos concursos públicos e das carreiras compromete os fundamentos da estrutura estatal, tornando a sua defesa o eixo fundamental da luta e da mobilização em torno de todas as demais reivindicações da categoria.

O prefeito Ricardo Nunes está empenhado nessa destruição. Para tanto impôs, com apoio dos vereadores governistas, a Lei 18.221/24, um ataque gravíssimo à gestão democrática nas unidades educacionais e uma ameaça à carreira pública estável, por abrir as portas da educação municipal para a privatização.

Essa lei trouxe vários outros problemas para a estrutura do magistério, entre eles o afastamento de Diretores Escola concursados da Rede Municipal de Ensino em 2025, com base falseada em resultados de avaliações externas, e anunciou sua intenção de terceirizar a gestão de 3 EMEFs que estão em construção.

Na Campanha Salarial, o mesmo prefeito embutiu na lei do reajuste salarial um dispositivo que permite a transformação do cargo de Professor de Educação Infantil (PEI) em Professor de Educação Infantil e Fundamental (PEIF). Contou novamente com seus fieis apoiadores na Câmara Municipal para aprovar essa mudança com o objetivo de reduzir artificialmente o déficit de PEIFs, evitar a realização de novos concursos públicos e implementar de vez sua política de ampliação e terceirização/privatização da educação infantil na rede municipal da Cidade de São Paulo.

Essa investida destruidora do prefeito mostra seu alinhamento com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas, que tem na privatização uma de suas marcas, como mostram a venda da Sabesp e as crescentes medidas privatistas aplicadas na educação estadual.

Ambos são políticos que priorizam uma das principais diretrizes do neoliberalismo, a privatização, no caso da Educação direcionada a entregar as verbas públicas a empresários ávidos por ampliar seus lucros às custas dos recursos públicos.

O concurso público representa a manutenção da educação pública estatal laica e democrática, com a qualidade da gestão, da docência e os demais serviços que os servidores de carreira podem garantir, com os recursos adequados. Além desse aspecto decisivo, há outros igualmente importantes, como a democratização do ingresso na carreira do magistério e do acesso aos cargos de gestão, inclusive com as cotas raciais.

Servidores de carreira também são essenciais para envolver a comunidade no dia a dia da escola e nas decisões administrativas e pedagógicas, de modo a favorecer, com a prática da gestão democrática, uma aproximação comunitária decisiva para fortalecer

a escola pública e a defesa de sua manutenção, de sua qualidade, de seu caráter inclusivo e de seu papel social, agregando o apoio que as lutas da categoria precisam.

Outro exemplo da importância da carreira está na vitória do descongelamento dos 583 dias de pandemia para cálculo de direitos como o quinquênio e a sexta-parte. Apenas os servidores que não tiveram a carreira destruída, seja pela privatização ou por instrumentos de precarização como a remuneração por subsídio, tiveram esse direito garantido. No caso dos servidores municipais de São Paulo, usufruíram da vitória somente os profissionais da Educação, os Procuradores e Auditores Fiscais.

C. SINESP cobra cumprimento integral do protocolo firmado com a PMSP e transforma acordo em luta permamente

O SINESP acompanha e cobra providências da PMSP acerca dos desdobramentos da campanha salarial e da construção coletiva que resultou no protocolo de negociação firmado entre os sindicatos da Coeduc (SINESP, Sedin e Sinpeem) e a Prefeitura de São Paulo. Para o Sindicato, o protocolo só terá valor real se cada compromisso firmado sair do papel e se transformar em ação concreta na Rede Municipal de Ensino. A batalha agora é pelo cumprimento integral de cada cláusula, com transparência, investimento e respeito aos prazos.

Entre os principais eixos de atuação está a cláusula de saúde, bem-estar e condições de trabalho, tema urgente diante do adoecimento crescente dos profissionais da educação. O SINESP cobra da Prefeitura a apresentação de um diagnóstico completo sobre afastamentos e readaptações, com dados detalhados sobre as causas, territórios e carreiras atingidas. Também exige a instalação do Grupo de Trabalho de Saúde do Trabalhador, fundamental para enfrentar esse cenário de desgaste permanente. No mesmo campo, o Sindicato acompanha a execução do plano de climatização das unidades, exigindo cronograma, critérios técnicos e rubrica orçamentária definida, além de cobrar a publicação e implementação do protocolo de proteção escolar no prazo estabelecido.

Na pauta de concursos, módulos de pessoal e inclusão, o SINESP cobra objetividade no levantamento que vai subsidiar a fixação dos módulos de pessoal, com definição dos critérios técnicos e dos investimentos necessários para que a rede tenha equipes completas e melhoria nas condições de trabalho. Na educação especial, a cobrança é por dados atualizados sobre estudantes com deficiência, quantitativo de profissionais especializados e critérios normativos para garantir o atendimento adequado. Na organização pedagógica, o acompanhamento se estende à formação de gestores, às escutas territoriais dos profissionais e à retomada da EJA, para que essas medidas avancem de forma concreta e não fiquem restritas ao discurso oficial.

No eixo da mesa permanente de negociação, o SINESP reforça que o compromisso com o diálogo precisa ser sustentado por mecanismos concretos de acompanhamento. Por isso, o Sindicato exige a construção imediata de uma agenda predeterminada de reuniões, com cronograma e pautas previamente definidas, condição essencial para dar celeridade à análise das reivindicações apresentadas pela Coeduc à SEGES e à SME. Também cobra que essa agenda tenha como prioridade a conclusão efetiva do protocolo e a execução de todos os encaminhamentos pactuados para 2026 — como climatização, fixação de módulos e relatórios de saúde — impedindo que ações estratégicas sejam empurradas para depois. Além disso, o SINESP reivindica a criação de marcos objetivos de monitoramento das metas, para assegurar que os compromissos assumidos pelo governo se convertam em resultados concretos para as unidades educacionais ainda neste ano.

O Sindicato sustenta que a assinatura do documento não encerra a campanha salarial, mas organiza novas frentes de enfrentamento político e sindical. Transformar esse protocolo em ação concreta é o centro da luta nos próximos meses, porque compromisso assinado sem execução é apenas promessa.

D. Chamada de PEI e ATE e a luta pelo concurso público de ingresso e de acesso

No dia 12 de junho, a SME anunciou a chamada de 486 PEIs e 653 ATEs aprovados em concurso. A publicação foi uma conquista da Campanha Salarial da categoria, que tem entre os itens do protocolo de compromissos, assinado no final da greve, a melhoria das condições de trabalho e do funcionamento das escolas, que passa necessariamente pela realização de concurso público e chamada de concursados para repor os módulos incompletos de profissionais em todas as áreas da educação.

Essa chamada é importantíssima e tem de ser complementada com convocação de concursos públicos de ingresso e acesso e chamadas para preencher vagas em todos os demais cargos, entre eles o de gestor educacional. Foi uma primeira medida do governo que mostra a força da categoria em luta e a importância do protocolo assinado. O SINESP cobra o cumprimento integral desse protocolo com rapidez!

E. SINESP denuncia ataques privatistas durante a Jornada Pedagógica da Educação Infantil

Durante a Jornada Pedagógica da Educação Infantil, realizada de 8 a 12 de junho, o SINESP esteve presente nas unidades e nos espaços de formação para dialogar diretamente com gestores educacionais, educadoras da infância e demais profissionais da RME sobre os impactos das políticas que avançam sobre a Educação Pública municipal. Em meio às atividades formativas, o Sindicato intensificou a atuação de base, promovendo panfletagens e conversas com a categoria para denunciar o aprofundamento da lógica privatista implementada pela gestão municipal e seus reflexos sobre a organização do trabalho pedagógico.

A presença do SINESP na base teve como eixo central o alerta sobre os riscos da transformação dos cargos de Professor de Educação Infantil (PEI) em Professor de Educação Infantil e Fundamental (PEIF), medida que, embora apresentada sob o discurso de reorganização administrativa, representa grave ameaça à estrutura da carreira e à identidade histórica da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino. O Sindicato reforçou que essa mudança pode abrir caminho para a descaracterização das especificidades pedagógicas dessa etapa e para o enfraquecimento das garantias conquistadas pela categoria, atingindo diretamente o concurso público e a valorização profissional.

O SINESP alertou a categoria para os impactos concretos e profundos da transformação do cargo de PEI em PEIF. Entre os principais riscos estão o prejuízo financeiro, já que a jornada JEIF não é automática no novo cargo e pode significar perda de até 33% da remuneração em casos de ausência de regência; o avanço da precarização, com a substituição gradual de cargos vagos por contratos temporários e, posteriormente, pela rede parceira, ampliando a terceirização; a perda de estabilidade na lotação, com possibilidade de remoção para qualquer região da cidade; o zeramento da pontuação acumulada para atribuição e remoção; impactos diretos na aposentadoria, tanto no direito à integralidade e paridade quanto no cálculo da média contributiva; além do caráter irretratável da escolha, que impede qualquer retorno ao cargo original. Para o Sindicato, trata-se de uma medida que fragiliza direitos históricos e coloca em risco a própria estrutura da carreira pública.

Ao longo da Jornada, o SINESP reafirmou que defender a Educação Infantil é defender a carreira pública, o ingresso por concurso e o respeito às atribuições legalmente constituídas dos profissionais da educação. O Sindicato destacou que a presença cotidiana junto à categoria é parte essencial da resistência contra projetos que visam a flexibilizar direitos e ampliar processos de terceirização e precarização no serviço público. Mais do que denunciar, o SINESP organiza a luta coletiva para barrar retrocessos e fortalecer a Educação Pública como direito social e patrimônio da população.

F. IN 22/2026 impõe controle excessivo e responsabilização das escolas

O SINESP analisou a Instrução Normativa 22/2026, publicada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), que impacta a gestão das unidades educacionais, o trabalho pedagógico e as condições de atuação de diretores, coordenadores e professores.

A IN 22/2026 representa uma mudança importante na lógica da rede municipal. O que antes aparecia como orientação pedagógica passa a ser tratado como obrigação formal, com metas, monitoramento constante e cobrança institucionalizada. Isso significa que as escolas passam a ter menos autonomia para construir seus próprios caminhos pedagógicos, já que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) fica diretamente vinculado ao cumprimento de metas definidas pela SME.

A IN 22/2026 reforça um modelo de gestão baseado em desempenho e em indicadores, com metas bimestrais e acompanhamento permanente. Isso amplia a pressão sobre as equipes escolares e fortalece uma lógica de comparação entre unidades, sem considerar de forma adequada as realidades distintas de cada território.

A mudança acompanha a lógica privatista do que foi imposto pela SME em 2025, quando diretores de escola foram afastados. A IN 22/2026, ao aprofundar o controle sobre metas e resultados, pode abrir espaço para novas formas de pressão e punição sobre gestores escolares.

Outro ponto crítico destacado é a intensificação da burocracia no cotidiano escolar. Coordenadores pedagógicos e professores passam a ter mais exigências de registro no SGP, o que retira tempo do planejamento, do estudo e da construção pedagógica e amplia a produção em vez de priorizar o processo educativo.

Na IN há também metas que podem desconsiderar os tempos reais de aprendizagem, como a exigência de alfabetização de 70% dos estudantes já no 1º ano do Ensino Fundamental. Esse tipo de meta fragiliza a lógica dos ciclos de aprendizagem e cria ainda mais pressão sobre estudantes e educadores.

O SINESP reforça que não é possível cobrar resultados das escolas sem garantir as condições necessárias para isso. Falta de professores, salas superlotadas, problemas estruturais, internet instável e ausência de equipes multiprofissionais são desafios reais enfrentados diariamente pela rede.

O SINESP exige condições concretas de trabalho para a categoria e está mobilizado para impedir que a lógica de metas e indicadores seja usada como instrumento de punição ou afastamento de gestores, como aconteceu em 2025. Exige, também, a revogação da IN 22/26.

G. Formação ou controle: SME encaminha plataformização na RME

A formação apresentada pela Prefeitura de São Paulo aos diretores escolares, sob o discurso de "fortalecimento da liderança e da gestão educacional", é uma grande armadilha e o SINESP combate essa iniciativa desde seu anúncio.

A análise do material da chamada Escola de Gestão – Municípios, vinculada ao programa estadual Alfabetiza Juntos SP, revela convergência entre as políticas da gestão municipal e estadual, especialmente no que diz respeito à centralização pedagógica, à cultura de metas e ao uso intensivo de plataformas e tecnologias educacionais como eixo estruturante da gestão escolar.

O problema é que essa lógica não se apresenta de forma isolada. Ela já vem sendo pavimentada na rede municipal por uma série de normativas, como a Instrução Normativa nº 18/2026, a IN nº 25/2025 e a IN nº 43/2025, que consolidam mecanismos de premiação por desempenho, ranqueamento de escolas, intensificação de avaliações externas e indução de práticas alinhadas aos interesses da gestão.

A formação de diretores, nesse contexto, deixa de ser um espaço de reflexão crítica e construção coletiva para se tornar um instrumento de adequação da escola a um modelo subordinado a indicadores e plataformas digitais.

A experiência da rede estadual já demonstra que a plataformização da educação traz impactos diretos sobre a autonomia pedagógica, precariza o trabalho docente e transforma o

processo de ensino-aprendizagem em mera produção de dados e resultados estatísticos.

Ao incorporar esse modelo, a Prefeitura abre caminho para replicar na rede municipal uma política que enfraquece o caráter público, democrático e humanizado da educação, além de ampliar mecanismos de controle sobre os profissionais.

A formação de gestores não pode ser utilizada como porta de entrada para projetos que subordinem a escola pública à lógica da padronização, da vigilância e da meritocracia.

O SINESP reafirma sua posição histórica de combate à plataformização e denuncia qualquer tentativa de importação de políticas que, sob a aparência de inovação, representam retrocessos para a educação pública e para os direitos dos trabalhadores da rede municipal.

H. Em defesa do HSPM

A saúde do trabalhador segue como uma pauta central para o SINESP e uma cobrança permanente junto à Prefeitura de São Paulo, sobretudo quando indicadores como a pesquisa Retrato da Rede indicam o agravamento das condições de saúde dos servidores municipais, com crescimento dos relatos de adoecimento físico e mental, sobrecarga de trabalho e afastamentos. Ao mesmo tempo, os profissionais da educação seguem apontando insatisfação com as medidas adotadas pela PMSP para enfrentar esse cenário, consideradas insuficientes diante da dimensão do problema. Para o Sindicato, investir na saúde de quem sustenta os serviços públicos é uma medida urgente e indispensável.

Neste ano, durante a Campanha Salarial, a saúde do trabalhador voltou a ser reconhecida como tema prioritário no protocolo de negociação firmado entre o SINESP e a PMSP, reforçando a necessidade de construção de ações concretas de prevenção, acolhimento e acompanhamento dos servidores. O Sindicato entende que é preciso avançar para além do compromisso formal, garantindo políticas públicas estruturadas, investimentos adequados e uma rede de cuidado que dialogue com a realidade de quem atua diariamente nas escolas e demais equipamentos públicos da cidade.

Nesse contexto, a defesa de um HSPM público e de qualidade é uma luta de todos os servidores. O SINESP reafirma que o hospital deve ser um espaço de referência para os trabalhadores, com atendimento digno, gestão pública feita por servidores e políticas permanentes de cuidado à saúde. Em um momento em que o governo estadual avança na privatização do IAMSPE, cresce a importância de defender o HSPM. Isso passa também pela ampliação da rede de atendimento e dos postos de saúde do servidor, considerando o tamanho da cidade e as especificidades de cada território.

I. SINESP intensifica luta pelo PTRF e cobra, em reunião com a SME, mudanças urgentes no programa

O SINESP segue mobilizado na defesa das Unidades Educacionais (UEs) e da garantia de recursos suficientes para seu funcionamento. Para aprofundar o debate sobre o Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF), o Sindicato organizou um Grupo de Trabalho (GT) com filiados, que produziu um documento que reúne propostas de adequação ao programa. Após análise e contribuições realizadas na reunião do Conselho de Representantes do SINESP (CREP), o texto final foi apresentado à Secretaria Municipal de Educação (SME) em reunião realizada no dia 10 de junho com o secretário-adjunto, Dirigentes Sindicais e integrantes do GT.

Entre os principais pontos levados pelo SINESP está a crítica contundente ao artigo 9º da Portaria SME nº 5.180/2026, que determina o desconto, no repasse seguinte, de valores que permanecerem no saldo do PTRF até 30 de abril. Desde abril, o Sindicato denuncia que essa medida é insuficiente e desconectada da realidade das escolas, uma vez que os recursos chegaram justamente no limite desse prazo,

sem tempo hábil para execução, o que torna impossível cumprir todas as etapas administrativas exigidas. Por isso, o SINESP cobra a revogação imediata do dispositivo e deixa explícito que as UEs não podem ser penalizadas por uma falha da própria administração.

Também denuncia que a nova regra compromete diretamente o planejamento financeiro das unidades, ao impedir o acúmulo de recursos para despesas maiores, como reformas e manutenções. O PTRF foi criado justamente para garantir autonomia administrativa e financeira às escolas, e não para impor mecanismos que travam sua capacidade de organização e resposta às demandas concretas da comunidade escolar.

Outro eixo central da nossa reivindicação é a ampliação dos repasses, especialmente para as escolas de tempo integral. Hoje, o cálculo per capita ignora o tempo ampliado de permanência dos estudantes nas unidades. Na prática, uma escola que antes atendia 200 estudantes em dois turnos pode passar a atender 100 em período integral: o número de matrículas cai, mas o uso da estrutura continua intenso durante todo o dia, elevando custos com manutenção, insumos e funcionamento. O atual modelo desconsidera essa realidade e precisa ser corrigido. O mesmo se observa nos Centros de Educação Infantil (CEIs) que sempre atuaram em atendimento integral, o PTRF é insuficiente e não atende as necessidades dessas unidades.

Como resultado da pressão do SINESP, a SME se comprometeu a republicar a portaria, revendo o artigo 9º, mas a luta continua. Uma nova reunião já está prevista para dar sequência às negociações. O SINESP segue firme para garantir a manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do PTRF, porque defender esse programa é defender as condições de funcionamento das escolas públicas e assegurar que nenhuma unidade seja prejudicada.

J. Luta pelo fim da escala 6X1 é de todos!

A luta pelo fim da escala 6x1 não é apenas uma pauta trabalhista — é uma bandeira pela dignidade humana, pela justiça social e por um futuro em que ter tempo para viver não seja um privilégio de poucos. A aprovação do modelo 5x2 representa um avanço civilizatório necessário.

É preciso olhar para quem mais sofre com a escala 6x1. Os dados e a realidade mostram que jovens, negros e pessoas LGBTQIAPN+ estão entre os mais precarizados, ocupando os postos de trabalho com menores salários e piores condições. A escala exaustiva de seis dias de trabalho para um de descanso rouba desses grupos não apenas o tempo de lazer, mas a própria possibilidade de qualificação, de participação política e de construção de projetos de vida. A aprovação do 5x2 é um passo essencial para garantir que esses trabalhadores tenham o direito fundamental ao descanso e à convivência familiar, direitos constitucionais que, na prática, lhes são negados.

A importância de ter vida além do trabalho não pode ser subestimada, não se trata apenas de trabalhar menos, mas de viver mais

E não podemos esquecer do impacto direto na educação das nossas crianças. Uma escala 5x2 permite que os pais tenham mais tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos, participar de reuniões, auxiliar nas tarefas e estar presentes no desenvolvimento infantil. Pais exaustos, que chegam em casa apenas para dormir e reiniciar o ciclo, não têm condições de oferecer o suporte que as crianças precisam. A aprovação da jornada reduzida não é apenas uma vitória para o trabalhador, mas um investimento no futuro das novas gerações.

Ser contra a escala 6x1 é pensar em um futuro digno para toda a classe trabalhadora. É reconhecer que a produtividade e os avanços tecnológicos devem ser revertidos em qualidade de vida, não em mais exploração. O Brasil precisa avançar na redução da jornada acompanhando o aumento da produtividade e as transformações tecnológicas. A aprovação do modelo 5x2 é um ato de justiça social, um compromisso com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Precisamos continuar mobilizados, pressionar os senadores para aprovação do fim da jornada 6x1.

K. Luta pelo apensamento da PEC 06/24 à PEC 555/06 segue intensa

O SINESP segue mobilizado em Brasília pelo fim do confisco previdenciário imposto aos servidores públicos aposentados e pensionistas. A principal frente de atuação neste momento é o apensamento da PEC 6/2024, conhecida como PEC Social, de autoria do deputado federal Cleber Verde, à PEC 555/2006. As duas propostas tratam da retirada da contribuição previdenciária dos aposentados: enquanto a PEC 555 prevê a extinção imediata da cobrança, a PEC 6 estabelece uma redução gradual. Para o SINESP, o apensamento é estratégico porque a PEC 555 já concluiu sua tramitação nas comissões da Câmara e está pronta para ser votada em plenário.

O SINESP tem participado ativamente dessa mobilização ao lado de entidades nacionais e do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP), reforçando agendas no Congresso e ampliando a pressão institucional sobre lideranças partidárias e a Presidência da Câmara. Nos últimos meses, a mobilização ganhou força com novas articulações em Brasília, reuniões com parlamentares e participação em ações conjuntas para sensibilizar o governo federal e a Mesa Diretora da Câmara sobre a urgência da matéria.

A defesa do apensamento tornou-se ainda mais urgente diante do risco de prescrição e arquivamento da matéria. Para o SINESP, a concretização da PEC representa uma reparação histórica aos servidores aposentados e pensionistas, que desde a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, passaram a sofrer descontos previdenciários mesmo após o encerramento da vida laboral. Esse confisco tem provocado perdas significativas na renda dos aposentados, impactando diretamente sua qualidade de vida e comprometendo a segurança financeira construída ao longo de décadas de dedicação ao serviço público. O avanço da proposta significa não apenas o fim dessa cobrança, mas também a possibilidade de devolução de direitos e maior proteção social a quem já cumpriu sua contribuição.

O momento é decisivo e a pressão política será determinante para transformar uma reivindicação histórica em realidade para milhares de aposentados do serviço público.

L. A ação vitoriosa dos 81% avança e garante conquistas concretas aos filiados do SINESP

Após anos de enfrentamento jurídico e político, milhares de filiados já contam com número de precatório expedido, com ano-base 2026, e centenas já com ano-base 2027 — referentes aos precatórios gerados até 1º de fevereiro de 2026.

Trata-se de mais uma etapa importante de uma luta histórica conduzida pelo Sindicato, que já assegurou a incorporação do reajuste e o pagamento de valores devidos a um grande número de beneficiários. Como o próprio SINESP reforça em suas publicações, essa é uma vitória construída com persistência diante de inúmeros obstáculos impostos ao longo do processo.

Para os filiados que já possuem precatórios com ano-base 2026, haverá a possibilidade de adesão e acordo com a Prefeitura para antecipação do recebimento, mediante deságio. Os percentuais e regras dessa negociação devem ser apresentados em edital previsto para o segundo semestre de 2026. Já aqueles que têm precatórios com ano-base 2027 passam a integrar a fila regular de pagamentos a partir do próximo exercício.

Além disso, filiados com precatórios de 2026 e que possuem prioridade legal para pagamento já estão sendo convocados para recebimento — mais uma demonstração concreta de que a atuação sindical segue garantindo resultados efetivos.

Há valores já reconhecidos judicialmente que ainda estão em fase de cadastramento no Tribunal de Justiça para geração de numeração de precatório, etapa indispensável para o prosseguimento dos pagamentos.

Paralelamente, permanecem em tramitação casos ainda pendentes, especialmente diante da necessidade de manifestação judicial sobre a

correção do acórdão que derrubou a data de corte, mas que trouxe novos entraves ao processo. Assim que houver definição, o Sindicato fará a devida comunicação aos filiados. O Sindicato atua para garantir que nenhum filiado fique de fora desse direito.

Nesse sentido, está aberto o 6º lote de adesão, em reafirmação ao compromisso da entidade de ampliar o alcance da ação e assegurar que todos os filiados aptos possam ingressar e reivindicar o que lhes é devido.

A luta continua e o SINESP conta com a mobilização dos filiados e um jurídico forte e atuante para a manutenção e o cumprimento de decisões favoráveis à categoria.

M. Relatos dos Representantes dos Locais de Trabalho

JUNTOS SEGUIMOS MAIS FORTES!



Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP

No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g